

1. AUTÓGRAFO Nº 0005-2011

2. AO PROJETO DE LEI Nº 0017-2011

1. Autoria do Projeto: Sr. Prefeito Municipal EDINEY TAVEIRA QUEIRÓZ

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para alienar, mediante doação, terreno do Distrito Industrial à Empresa Gonçalves & Santos Serralheria Ltda. ME (Serralheria Nova Esperança)

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

A P R O V A:

CAPÍTULO I – DA AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO

1. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar à Empresa Gonçalves & Santos Serralheria Ltda ME (Serralheria Nova Esperança), mediante doação, um terreno de propriedade do Município.

1. A Empresa Gonçalves & Santos Serralheria Ltda ME (Serralheria Nova Esperança), cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 03.167.676/0001-62, Inscrição Estadual 030.276.791.12-ME, Inscrição Municipal 72.160, tem sua sede localizada na Avenida Brasil, nº 829, Centro, CEP 19.700-000, em Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

2. O terreno de que trata a cabeça deste artigo está localizado na Rua Café Filho, s/nº, cadastrado como Lote 07, Quadra 197, Setor 09, Zona 4ª, Distrito Industrial, neste Município, e é delimitado por um polígono irregular com área total de 705,65m² (setecentos e cinco metros quadrados e sessenta e cinco centímetros quadrados) e as seguintes medidas e confrontações: *“Na frente, confronta com Rua Presidente Café Filho, medindo 29,30 m; no lado direito, para quem da Rua Presidente Café Filho olha para o terreno, confronta com o Lote 08, medindo 24,80 m; no lado esquerdo, confronta com os Lotes: 04, 05 e 06, medindo 23,15 m; no fundo, confronta com o Lote 02, medindo 30,00 m”*.

3. O imóvel descrito no § 2º deste artigo terá como objetivo a transferência de localidade da Empresa Gonçalves & Santos Serralheria Ltda ME (Serralheria Nova Esperança), para a implantação de um barracão e escritório para o desenvolvimento da sua atividade principal de serralheria e de manutenção de implementos agrícolas.

CAPÍTULO II – DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PELA EMPRESA INTERESSADA

2. Para habilitar-se aos benefícios desta Lei, o representante da empresa interessada apresentará a seguinte documentação comprobatória:

I. sobre a personalidade jurídica:

1. a) pessoa física:

1. 1. fotocópia da Cédula de Identidade (RG);

2. 2. fotocópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2. b) firma individual: inscrição comercial e o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3c) sociedades comerciais: atos constitucionais e alterações subsequentes;

4. d) sociedade por ações:

1. 1. caso de sociedade por ações acompanhada da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

2. 2. inscrição do ato construtivo, no caso de sociedade de civis, acompanhadas de provas da diretoria em exercício;

5.e) sociedade estrangeira: decreto de autorização, devidamente arquivado, para funcionamento no país.

II. idoneidade financeira:

a. atestado de no mínimo 1 (um) estabelecimento bancário; e

b. certidão negativa de pedido de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede do interessado;

III. destino da área:

a. projeto arquitetônico e cronograma físico-financeiro;

b. descrição pormenorizada da natureza da atividade a ser implantada e prazo para início das atividades;

c. declaração de que a atividade operacional não provocará agressões ao meio ambiente;

d. declaração de completo conhecimento e concordância das condições estabelecidas nesta Lei, especialmente sobre os artigos 3º, 4º e 5º desta Lei;

e. prazo para início e término da construção das edificações;

f. relação e identificação dos equipamentos a serem utilizados; e

g. número mínimo de empregados que utilizará quando em funcionamento.

1. A documentação prevista neste artigo deverá ser apresentada pelo representante da empresa interessada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente Lei.

2. Verificada a regularidade da documentação pelo órgão municipal competente, a empresa será declarada habilitada a receber o terreno em doação, mediante decreto de aprovação expedido pelo Prefeito Municipal.

3. A não apresentação da documentação pela empresa interessada, no prazo especificado no § 1º deste artigo, será considerada como desistência do pleito.

CAPÍTULO III – DOS PRAZOS

Seção I – Do Início da Construção

3. A construção das edificações especificadas no art. 2º, inciso III, alínea “a” (projeto arquitetônico e cronograma físico-financeiro), desta Lei, deverão ser iniciadas dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação de aprovação e do cumprimento ao cronograma estabelecido no art. 2º, inciso III, alínea “e” (prazo para início e término da construção das edificações), desta Lei.

Seção II – Do Início da Atividade Operacional

4. A atividade operacional especificada no art. 2º, inciso III, alínea “b” (descrição pormenorizada da natureza da atividade a ser implantada e prazo para início das atividades), desta Lei, deverá ser iniciada 60 (sessenta) dias após a conclusão do empreendimento.

Seção III – Da Prorrogação Excepcional dos Prazos

5. Os prazos fixados nos artigos 2º, §§ 1º e 2º; 3º e 4º desta Lei poderão ser prorrogados por até mais 90 (noventa) dias, por Decreto do Prefeito, em caráter excepcional, desde que devidamente justificados por escrito.

CAPÍTULO IV – DA INABILITAÇÃO E DA REVERSÃO DA DOAÇÃO

6. A empresa que for inabilitada perderá a qualquer tempo os benefícios desta Lei, independente de qualquer notificação ou interpelação judicial e reverterão ao Patrimônio Municipal os imóveis doados com base nesta Lei, com as benfeitorias nele edificadas se o adquirente:

- I. deixar expirar os prazos previstos nos arts. 3º, 4º e 5º desta Lei;
- II. desviar a finalidade do projeto original;
- III. paralisar a atividade por um período superior a 4 (quatro) meses;
- IV. alterar a composição societária sem autorização;
- V. vender no todo ou em parte sua maquinaria ou equipamentos industriais, que sejam essenciais à atividade industrial.

Parágrafo único. A reversão tratada na cabeça deste artigo dar-se-á sem direito, por parte do donatário a retenção ou indenização por qualquer tipo de benfeitoria ou pagamento por ele efetivado.

CAPÍTULO V – DA TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE

7. O imóvel alienado por doação somente poderá ter sua titularidade transferida após 2 (dois) anos de efetivo e comprovado funcionamento do empreendimento.

CAPÍTULO VI – DA INFRAESTRUTURA BÁSICA

8. As redes coletoras de esgoto, de distribuição de água e energia elétrica, serão implantados em parceria firmada:

- I. entre o beneficiário;
- II. o Município;
- III. e as respectivas empresas concessionárias.

CAPÍTULO VII – DA ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO

9. Publicado o decreto previsto no art. 2º, § 2º desta Lei, o órgão competente municipal juntamente com a empresa donatária deverão providenciar a lavratura da competente escritura pública de doação.

1. Da escritura pública de doação deverão constar, obrigatoriamente, as condições estabelecidas:

- I. no art. 2º, inciso III, alíneas “b”, “c” e “g”, desta Lei;
- II. no art. 6º, incisos I, II, III, IV e V, e seu parágrafo único, desta

Lei.

2. As custas e emolumentos decorrentes da lavratura da escritura pública de doação, bem como a sua matrícula e registro no cartório imobiliário competente, serão da exclusiva responsabilidade da empresa donatária.

3. A escritura definitiva, transferindo a titularidade do imóvel à empresa donatária, somente será lavrada após 2 (dois) anos de efetivo e comprovado funcionamento do empreendimento, conforme previsto no art. 7º desta Lei.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de verbas próprias constantes do orçamento, suplementadas se necessário.

5. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 8 de fevereiro de 2011.

**FERNANDO RODRIGO GARMS
VILLARINO**

Presidente da Câmara

JOÃO RIO ZAMPRONIO

Vice-Presidente

EDIVALDO VIEIRA DA ROCHA

1º Secretário

PAULO ROBERTO PEREIRA

2º Secretário

REGISTRADO na Secretaria em livro próprio na data supra e **PUBLICADO** por Edital afixado em lugar público de costume.

SILVANA MACHADO DA SILVA SPAVIER

Secretária Geral